

# OS JOVENS E A POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PARA A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Thiago Ingrassia Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** Os desafios que se colocam para a juventude no mundo globalizado são enormes, expondo-a diante de conquistas e pressões que se materializam durante o período escolar, notadamente no Ensino Médio, época de transição para a vida adulta e para o exercício da cidadania. Assim, a política deve ser, mais do que ensinada, vivida e pesquisada na escola, tendo em vista as possibilidades colocadas pela presença obrigatória da área de Ciências Sociais nos currículos de nível médio, como problematizar o espaço do movimento estudantil na atualidade para compreender as mediações políticas que estão em jogo. Pontualmente, este trabalho foca o conjunto de crenças, normas e valores que fomentam a socialização política dos estudantes de nível médio de uma escola privada, em Porto Alegre. Por meio de um questionário auto-aplicável foi possível constatar um cenário que oscila entre o descrédito e a apatia ao mesmo tempo em que ocorre uma participação crescente em espaços alternativos, como voluntariado e ONGs.

**Palavras-chave:** Socialização política; escola; juventude; cultura política.

## **The young and the policy: contributions of school of social sciences for socialization policy**

**Abstract:** The challenges that the youth faces in a globalized world are enormous, and they expose it to achievements and stresses that are materialized during the scholar period, especially in High School, which is an era of transitions to the adult life and to the active citizenship. Therefore, politics should be rather than taught, lived and studied in school, due to the possibilities improved by the mandatory presence of Social Sciences in the curriculum of high school, and discuss the space of the student movement today to understand the political mediations that are in play. Objectively, this paper focuses on the set of beliefs, norms and values that promote political socialization of high school students from a private school located in Porto

---

<sup>1</sup> Sociólogo, Doutorando em Educação (PPGEdu/UFRGS). Professor Assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim/RS.

Alegre. Through a self-administrated questionnaire, it was possible to observe a scenario that ranges from apathy to disbelief, while the involvement in alternative spaces is increasing, such as volunteering and NGOs.

**Keywords:** Political socialization; school; youth; political culture.

## Introdução

A Lei 11.684/2008 modificou o artigo 36 da LDB (Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) incluindo as disciplinas de Sociologia e Filosofia como componentes curriculares obrigatórios no ensino médio no Brasil. Essa mudança legal foi fruto de intenso debate nos meios acadêmicos e sindicais, no que tange aos estudantes e professores da área de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia).

Diante desse cenário, o espaço de discussão sobre a política, suas instituições e atores, passou a ter um espaço nas escolas públicas e privadas de todo o país. Ainda em fase de consolidação e implementação plena nas escolas, a disciplina de Sociologia passa a abarcar a área de Ciências Sociais no nível médio, protagonizando a discussão sobre cidadania, trabalho, cultura e outros temas pertinentes ao debate deste campo.

Contudo, a dificuldade enfrentada pelos docentes neste nível de ensino é representativa das dificuldades observadas na precária formação de Licenciados em Ciências Sociais, principalmente pela hierarquização entre a formação do Bacharel (com ênfase em pesquisa) e dos professores (com ênfase no ensino), como se fosse possível pensar o trabalho docente em alto nível sem a indissociabilidade entre ensino e pesquisa (PEREIRA, MEIRELLES, RAIZER, 2008).

Dessa forma, o tema 'política' passa a estar presente de forma mais contundente na vida escolar dos jovens, abrindo a possibilidade de problematizações importantes para o pleno exercício da cidadania. Junto à discussão sobre a política (entendida como conteúdo programático) a possibilidade de se fazer pesquisa, ainda que em nível introdutório, no nível médio, se constitui uma das tarefas da disciplina de Sociologia, servindo-se do campo da Ciência Política.

Assim, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa feita por um grupo de estudantes do terceiro ano do ensino médio de uma escola privada de Porto Alegre, sob minha orientação. A pesquisa foi realizada de agosto a outubro de 2009 e procurou responder a

seguinte pergunta: como os assuntos de natureza política estão presentes no cotidiano dos estudantes de nível médio da escola?

Para enfrentar essa problemática, foi construído um instrumento de pesquisa (questionário auto-aplicável), composto por questões fechadas e abertas, aplicado nas aulas de Sociologia e Filosofia em todas as turmas de Ensino Médio da escola (153 estudantes). Os dados foram sistematizados a partir da criação de um banco de dados em SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), sendo possível por meio de frequências e cruzamentos o encaminhamento de possíveis respostas ao problema de pesquisa.

Para o entendimento do alcance dos dados produzidos, o texto aborda, primeiramente, uma discussão sobre socialização política e democracia, assumindo o contexto escolar como espaço importante de formação política. Em seguida, examinam-se alguns aspectos de socialização política observados entre os jovens pesquisados.

### **Algumas notas sobre socialização política e democracia**

O estudo da socialização política dos adolescentes tem como premissa principal o fato que as atitudes e os valores políticos que se desenvolvem na infância e adolescência têm um papel significativo nas fundações psicológicas de valores políticos numa sociedade (BAQUERO, 1997, p. 3).

A socialização política entre crianças e adolescentes diz respeito aos valores políticos internalizados neste período da vida e que são de fundamental importância para a atividade política na vida adulta. Assim, assume relevância o papel das agências socializadoras – família, escola, grupos de referência dos indivíduos, associações, partidos políticos – naquilo que se denomina educação<sup>2</sup> política. É no processo de aprendizagem desses valores democráticos e participativos que os jovens podem vir a desenvolver um comportamento político pró-ativo. Dessa forma,

a socialização política é definida como o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político e as

---

<sup>2</sup> Os conceitos de socialização e educação estão intimamente associados desde a compreensão clássica de Durkheim (2011).

crenças que ele desenvolve em relação à política e às instituições (BAQUERO, 1997, p. 10).

Por outro lado, “é possível afirmar que grande parte do desinteresse pela política hoje reside na ausência/inadequação de socialização política (da criança e) do jovem pelas instituições: família, escola, partido [...]” (KEIL, 2004, p. 32), fazendo com que os valores políticos não estejam presentes na formação da maioria dos jovens brasileiros. Nesse sentido, Schmidt (2001) pondera que

a ausência de mecanismos de participação na família, na escola, no local de trabalho, prejudica sensivelmente a predisposição para a participação política. Ademais, como todas as atividades que exigem dispêndio de energia sem retorno imediato em termos econômicos ou de prazer físico, a participação política é fruto de educação (SCHMIDT, 2001, p.120).

Assim, ao se proceder a uma análise das crenças e valores que os jovens do nível médio professam acerca da política, o entendimento acerca da relação de sua socialização política com o seu comportamento político é relevante, uma vez que a própria qualidade de sua inserção na política estudantil é consequência de sua educação política.

Por isso, num contexto de apelo constante a formas de atuação individualista em sociedades que tentam se organizar a partir de uma economia de mercado, pensar em redes de cooperação parece ser contraditório. O atual estágio de “salve-se quem puder” chega a sugerir uma volta ao estado de natureza Hobbesiano. Os reflexos desse cenário podem dificultar a consolidação da democracia brasileira, causando déficits importantes na formação política das gerações mais novas, uma vez que elas estão sentindo mais de perto os efeitos perversos do atual estágio civilizatório. Assim, pode-se afirmar que:

é difícil ser jovem no mundo contemporâneo. Enquanto observa-se um aumento de produtividade e um desenvolvimento tecnológico impressionantes em muitos países, a maioria dos jovens brasileiros parece ficar excluída desses avanços. Estatísticas recentes mostram que eles são os mais afetados pelo desemprego, pela violência, em suma, pela marginalização social, o que acaba gerando na juventude atitudes de hostilidade em relação às instituições políticas e aos governantes, vistos como responsáveis por essas situações (BAQUERO, 2004, p. 09).

Mesmo assim, a realidade democrática institucional e a repetição dos sufrágios universais em um ambiente de direitos democráticos assegurados por lei, colocam os espaços políticos, como o movimento estudantil, com alto grau de importância para a própria socialização política dos jovens e a formação dos futuros quadros partidários. E a inclusão obrigatória da Sociologia e da Filosofia faz parte desse processo de tentativa de consolidação democrática, compreendendo democracia como algo além de um conjunto de procedimentos e regras institucionais, ainda que elas sejam importantes.

A democracia formal ou poliárquica (DAHL, 1997)<sup>3</sup>, é aquela na qual os direitos políticos e a cidadania se restringem basicamente ao direito do voto em eleições. Sob essa perspectiva, o Brasil pode ser considerado um país democrático. Contudo, a democracia deve combinar o ambiente institucional com desenvolvimento social, avançando em uma perspectiva substantiva/cidadã.

A formação da matriz cultural brasileira pode indicar por que a relação Estado-Sociedade se configura a partir do “afastamento” ou “estranhamento” dos entes envolvidos. Permeados por traços autoritários e elitistas, nossos referenciais simbólicos foram constituídos pela indefinição entre os espaços público e privado, o que acabou legando ao nosso povo dificuldades de incorporação ao sistema capitalista, impessoal por natureza. Por isso, Holanda (1997) argumenta que:

a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no velho mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas (HOLANDA, 1997, p. 160).

Na mesma linha, Nunes (1997) observa que o Brasil teve de criar muitas instituições novas em período de tempo relativamente curto, o que acarretou uma disparidade insolúvel, em virtude de que nem todas as instituições foram penetradas pela lógica impessoal das modernas relações de mercado, contradizendo os diagnósticos dos clássicos como Weber e Polany. Corroborando com o exposto por Holanda, Nunes (1997, p.30) afirma, por um lado, que “a vida familiar tem grande importância no Brasil”, legando às relações pessoais e hierárquicas um caráter crucial na estrutura social do país, e, por outro lado, que a distinção público/privado é tênue, com apropriação dos

---

<sup>3</sup> A dimensão procedimental da democracia (poliárquica) refere-se, entre outras coisas, aos seguintes aspectos: eleições regulares, pluripartidarismo, sufrágio universal, liberdade de imprensa.

espaços públicos pela lógica das relações pessoais. Ainda segundo Nunes (1997), “a partir dos anos 1950, clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos desempenharam, através de diferentes formas institucionais, um papel fundamental na vida política do país” (NUNES, 1997, p. 19). Estes elementos vão se constituir nas “gramáticas” da política brasileira.

O clientelismo, entendido como uma relação marcada pelo contato pessoal e assimétrico, é um elemento característico de sociedades marcadamente desiguais. As práticas clientelistas vão de encontro à lógica do capitalismo moderno, pois o mesmo está assentado em relações impessoais que servem de base para o livre mercado e o Estado democrático de direito. Porém, no Brasil, o clientelismo permeia muitas instituições, fornecendo uma gramática compreensível para o sistema de relações sociais e políticas, atravessando distinções de classe e organizando verticalmente nossa sociedade. As práticas clientelistas assumem o lugar de canais de comunicação e representação entre sociedade e Estado, oferecendo aos estratos mais baixos da população voz e mecanismos para demandas específicas (NUNES, 1997).

O tipo de colonização do Brasil (predatória) e a presença do aparato estatal, muito antes da formação de um sentimento de pertencimento, de identidade nacional, são decisivos para a verticalização da nossa sociedade, num plano macro, ao mesmo tempo em que, num plano micro, os grupos sociais, em especial a família, até como enfrentamento de uma realidade opressora, desenvolveram ambientes de solidariedade. Segundo DaMatta (1997), existe uma profunda verdade sociológica no ditado “aos inimigos a lei; aos amigos tudo!” O autor defende que os *amigos* poderiam ser entendidos como as pessoas bem relacionadas, com posições sociais.

Já os *inimigos* seriam os indivíduos, os “mal relacionados”, aqueles que não pertencem a grupos com laços sociais definidos, ou seja, os do *povo* em geral. Para DaMatta (1997), apesar da sociedade brasileira ser voltada para tudo o que é cordial e universal, a frase “você sabe com quem está falando?” é um rito de autoridade revelador da nossa vida social, pois revela um sistema social no qual compreendemos “cada um no seu lugar” e, assim, aceitamos a hierarquia como natural e o conflito como uma irregularidade. Nessa perspectiva, o centro do dilema brasileiro seria que

o sistema de leis que serve para todos e sobre o qual todos estão de acordo, transforma-se num instrumento de aprisionamento da massa que deve seguir a lei, sabendo que existem pessoas bem relacionadas que nunca as obedecem (DAMATTA, 1997, p. 184).

Este dilema acaba contribuindo para a desconfiança nas regras e decretos universalizantes, bem como nas instituições e seus representantes, colaborando para o afastamento das pessoas da vida pública, fomentando uma imagem negativa da política.

Além disso, a questão da informação política, que é fruto de educação política, é algo importante na configuração da despolitização e da apatia do eleitorado. A educação atua de maneira decisiva na orientação cognitiva das pessoas, fato de suma importância para a formação de uma cultura política participativa, já que a educação, junto com a informação e o interesse por política, apresentam-se como importantes variáveis na configuração de uma cidadania sofisticada em termos políticos (BAQUERO & FIALHO, 1985), fundamental para a sociedade democrática que se busca.

Dessa forma, percebe-se como a exclusão política e o baixo nível de sofisticação política do eleitorado médio encontram explicação em um processo histórico de elitização das esferas de decisão nacional. O personalismo (traço estrutural) aparece como resultado desse modelo político excludente que, ao lado da escassez ideológica dos partidos, configurados como meros representantes de interesses políticos pessoais ou de grupos próximos (BAQUERO, 2000) produz um quadro que desafia os agentes políticos nacionais na atualidade, em especial, os partidos preocupados com a consolidação democrática por meio da participação da cidadania. Assim,

o clientelismo, o assistencialismo, o patrimonialismo, o processo de mediação informal e os personalismos aparecem como moeda corrente na atual política latino-americana, convivendo com todos os avanços tecnológicos e a chamada terceira onda. Não reconhecer a evidência desses fatores no cotidiano e na estruturação das relações políticas e institucionais é distorcer a realidade política da região (BAQUERO, 2000, p. 74).

Ao se considerar este legado histórico de formação da sociedade latino-americana e brasileira, a compreensão do quadro político pode ser melhor visualizado, fugindo de posturas formais ou meramente idealistas acerca dos partidos e demais instituições e atores políticos, mesmo que a sua função na sociedade democrática que se almeja não possa desprezar a importância da organização institucional e os avanços que a jovem democracia política brasileira vem obtendo nesse sentido. Por isso, pesquisar a socialização política na escola, com os próprios estudantes, pode ser uma boa possibilidade de estudar e praticar concepções democráticas.

## A pesquisa sobre socialização política na escola

Uma das possibilidades de trabalho didático para enfrentar com qualidade o desafio de trabalhar Ciências Sociais na escola é destacar a *pesquisa* junto aos estudantes, ou seja, buscar fazer da sala de aula um laboratório investigativo da realidade social, levando à escola discussões historicamente marginalizadas do sistema de ensino formal. Por exemplo: assuntos de natureza política, entendendo a política como relações de poder que incidem na cultura das pessoas e não apenas em sua dimensão institucional.

Minha experiência como professor na educação básica foi intensa. Tive a oportunidade de orientar estudantes do terceiro ano do ensino médio em trabalho de pesquisa empírica (na rede privada) e estudantes das séries finais do ensino fundamental junto ao Grêmio Estudantil (na rede pública<sup>4</sup>). A esses dois exemplos pontuais junta-se o cotidiano de sala de aula, por vezes desanimador, mas, sobretudo, dinâmico e aberto a problematizações do cotidiano e a reflexões sobre nossas vivências com o mundo.

Entendo que mais do que *falar* sobre pesquisa é preciso *fazer* pesquisa, ainda que em nível introdutório. Contando com a parceria entusiasmada dos estudantes, discutimos e realizamos uma pesquisa acerca da cultura política dos estudantes de nível médio da escola<sup>5</sup>. Esse trabalho proporcionou aos estudantes contato com as etapas formais de um projeto de pesquisa científica no campo sociológico, dando relevo a uma das mais importantes contribuições da Sociologia na escola: a produção do conhecimento científico sobre a realidade social, avançando em relação ao conhecimento do *senso comum*.

As discussões aconteciam duas vezes por semana, no período da tarde, no contra-turno das aulas regulares. As inquietações sobre conteúdos como “movimentos sociais”, “cidadania”, “filosofia política”, “ética”, “trabalho” e “juventude” estão na raiz dessa possibilidade de construção do conhecimento. Talvez, o grande diferencial dessa pesquisa foi a sua realização pelos estudantes, sob orientação docente. Desde a construção do problema de pesquisa, das hipóteses<sup>6</sup> e do ques-

<sup>4</sup> Trabalhei de junho de 2008 a fevereiro de 2010 na Rede Pública Municipal de São Leopoldo/RS, como professor concursado de Sociologia nas séries finais do ensino fundamental. Sobre essa experiência, ver Pereira (2010, 2009a, 2009b).

<sup>5</sup> Pesquisa “Entre a Alienação e a Revolução: um estudo sobre cultura política na escola” recebeu Menção Honrosa no IV Salão UFRGS Jovem e Distinção no VIII Fórum FAPA (2009).

<sup>6</sup> 1. Os jovens, em geral, não se interessam por política; 2. Baixo nível de informação sobre a política, tanto em nível histórico-estrutural como em nível conjuntural; 3. Descrédito quanto às instituições e aos políticos; 4. Baixa participação dos jovens em espaços políticos (como partidos, grêmios estudantis, etc).

tionário, até a sistematização dos dados em banco de dados SPSS e apresentação do trabalho em eventos de iniciação científica de nível médio, os estudantes se integraram seminalmente na proposta, com rigor e alegria.

Para estabelecimentos de parâmetros, analisamos outras pesquisas sobre os valores e crenças dos jovens sobre a política. Nesse sentido nos baseamos em Baquero (1997), Silveira (2005) e no relatório da pesquisa “O jovem e a política”, realizada em 2006 no estado de São Paulo, pelo Instituto da Cidadania Brasil<sup>7</sup>. A partir dos dados analisados dessas pesquisas sobre comportamento político dos jovens, construímos as nossas hipóteses de trabalho.

O questionário foi composto por 30 questões, fechadas e abertas, e foi auto-aplicável em sala de aula. A ideia foi a realização de um censo, que abarcasse, assim, a totalidade dos estudantes presentes na manhã que foi realizada a atividade. Chegamos ao total de 153 questionários respondidos, que significaram a totalidade dos estudantes das cinco turmas de ensino médio da escola (duas turmas de 1° e 2° ano e uma turma de 3° ano). Alguns dados sobre o perfil dos estudantes entrevistados podem ser visualizados no quadro abaixo:

#### Quadro 1: Perfil dos entrevistados

50,7% Masculino – 49,3% Feminino
Faixa etária: de 14 a 18 anos
Religião: 30,7% declararam não possuir religião; Dentre os que possuem religião, destaca-se a Católica ( 45,1%) e a Metodista (5,2%).
Raça/Etnia: 81% se declarou branco, sendo apenas 5,9% negro.
Título eleitoral: 13,7% dos estudantes declararam possuir título de eleitor. Ressalte-se que metade (50%) dos pesquisados não possuem 16 anos, que é a idade mínima para votar.

Fonte: Pesquisa sobre comportamento político dos estudantes do ensino médio, 2009. N=153 (todos os dados abordados em tabelas provêm dessa fonte).

---

<sup>7</sup>Pesquisa “O jovem e a política”. Disponível:<[http://www.institutocidania.org.br/\\_paulo-sa-ab/Html/Relatorio\\_Final\\_Pesquisa\\_O\\_Jovem\\_e\\_a\\_Politica\\_set\\_06.pdf](http://www.institutocidania.org.br/_paulo-sa-ab/Html/Relatorio_Final_Pesquisa_O_Jovem_e_a_Politica_set_06.pdf)>. Acesso em 20 ago 2009.

O questionário procurou verificar alguns valores sobre a política e a participação em assuntos coletivos, principalmente, os ligados à escola e suas relações cotidianas. A tabela 1 mostra o interesse por política dos entrevistados.

**Tabela 1** - Você se interessa por política?

	N	%
Sim	85	55,6
Não	58	37,9
NS	10	6,5
Total	153	100,0

Diferentemente do observado em outras pesquisas, o interesse por política é relevante, fato que pode nos levar à caracterização de David Easton sobre o “apoio difuso” ao sistema político, ou seja, “apoio difuso se refere a uma aproximação afetiva de caráter genérico em relação a objetos políticos” (BAQUERO, 1997, p. 5). Como estavam respondendo um questionário sobre política na presença do professor de Sociologia que trata sobre esse assunto com ênfase nas aulas, pode ter ocorrido uma predisposição a marcar o interesse por política de forma afirmativa.

Contudo, outras questões ao longo do questionário mostram certa incoerência ou, em outra possibilidade de análise, a confirmação do apoio difuso (genérico). Quando questionados sobre se os jovens *em geral* se interessam por política, apenas 15% responderam afirmativamente, contradizendo a questão sobre interesse individual. Outro aspecto importante constatado foi a percepção de que a participação dos jovens na política poderia gerar algum resultado positivo (74,5% responderam que “sim”, cf. tabela 2) ao cabo que apenas 27,5% respondeu que já tinha participado/ou participa de alguma instituição política (tabela 3).

**Tabela 2** - Você acredita que a participação dos jovens na política pode gerar algum resultado positivo?

	N	%
Sim	114	74,5
Não	15	9,8
NS	20	13,1
NR	4	2,6
Total	153	100,0

**Tabela 3** - Você participa ou participou de alguma instituição política (partidos, associações comunitárias, voluntariado, grêmio estudantil, ONGs etc)?

	N	%
Sim	42	27,5
Não	109	71,2
NS	1	0,7
NR	1	0,6
Total	153	100,0

Essa foi uma questão importante, pois os dados sugerem que: há uma incoerência aparente entre algumas respostas, que espelham posicionamentos sobre a política como um valor e sobre a participação política efetiva. Em algumas respostas aparece a política e a participação política com um valor positivo, vista como importante para o desenvolvimento democrático do país e da própria escola. Isso pode ser observado na tabela 4.

**Tabela 4** - Você acha que os alunos deveriam ter influência nas decisões da escola?

	N	%
Muita influência	100	65,3
Pouca influência	47	30,7
Nenhuma influência	1	0,7
NS	2	1,3
NR	3	2,0
Total	153	100,0

Os dados da tabela 4 vão ao encontro do observado por Baquero (1997) na mesma questão, junto com a contradição entre a participação como um valor positivo e a não ocupação dos espaços políticos, como a participação no Grêmio Estudantil ou outras entidades. O contra-senso que se coloca é o seguinte: “se acham importante a participação nas entidades, por que a baixa participação efetiva?” (BAQUERO, 1997, p. 19). Dessa forma, “é plausível supormos, então, que os adolescentes entrevistados não vejam nas entidades estudantis um canal legítimo ou eficaz de participação política, através do qual pudessem, por exemplo, influenciar nas decisões da escola, como disseram ser seu interesse” (BAQUERO, 1997, p. 21).

Tantos nos dados analisados por Baquero (1997) na década de 1990, como nos de Silveira (2005) já na primeira década do século XXI, o que observa-se é a continuidade do quadro por nós também constatado, ou seja, ocorre uma “adesão simbólica” a princípios democráticos e participativos sem, entretanto, uma efetiva participação nesse assuntos. Portanto, os dados da pesquisa feita em 2009 sugerem uma percepção positiva da participação dos jovens sem que esses mesmos jovens participem efetivamente.

Mas, então os jovens não participam de nada? Não foi o que mostraram os dados da pesquisa junto aos estudantes da escola privada em questão. Não é por acaso o percentual significativo, perante outras instituições, de confiança nas ONGs, pois entre aqueles que declararam participar de alguma atividade política, 13,7% declararam participar de atividades ligadas ao voluntariado. Apenas 2%, por exemplo, participam ou já participaram de partidos políticos.

Esse dado sugere um deslocamento da participação dos jovens dos espaços tradicionais de mediação política (partidos, sindicatos, associações de moradores, etc.) para novas formas de participação política, como as do chamado terceiro setor. Ainda, causas filantrópicas e de defesa ecológica são catalisadores da participação política dos jovens, ao lado de movimentos por livre expressão sexual e de mulheres. Esses novos movimentos sociais, como denominados por alguns autores (MÉSZÁROS, 2002; GOHN, 1999), acabam atraindo os jovens, visto a aparente perda de referenciais acerca de discussões mais incisivas de classe social, por exemplo.

Além disso, a pesquisa realizada também constatou que cerca de 80% dos jovens percebem assuntos de natureza política em seu cotidiano, mas apenas cerca de 40% sabe identificá-los com clareza. Quanto a assuntos conjunturais, como a formação de CPIs e o nome dos sena-

dores que representam o Rio Grande do Sul, observamos que é total a desinformação dos estudantes. Apenas um (1) estudante (0,7%) soube corretamente expressar o significado da sigla CPI, ao passo que 15% (23 estudantes) citaram com correção pelo menos um Senador com mandato pelo Rio Grande do Sul.

Cabe destacar que alguns estudantes citaram os nomes da governadora do estado da época e do prefeito de Porto Alegre como senadores. Dentre aqueles que acertaram o nome dos senadores, destaca-se para o senador Pedro Simon (PMDB), um dos mais antigos senadores com mandato do país.

Por outro lado, a televisão apareceu como o meio em que os jovens mais retiram informações sobre política, indo ao encontro de outros levantamentos que mostram o papel da grande mídia na formação dos valores das pessoas. Nesse ponto, a Internet teve destaque como segundo meio mais utilizado para informação política, ficando um pouco a frente dos jornais (meio tradicional). O acesso à Internet pode ser explicado pelo perfil de classe média dos estudantes que responderam a pesquisa, pois ainda há um número muito grande de jovens que não tem acesso regular à Internet no Brasil.

Mesmo utilizando a grande mídia, principalmente pela televisão, apenas 8,5% declararam confiar na imprensa. Aliás, a confiança institucional é um indicador importante para a consolidação democrática. Uma democracia saudável necessita de um mínimo de confiança recíproca entre os cidadãos. Entretanto, os níveis de confiança foram baixos, principalmente quanto aos partidos políticos (3,9% confiam). Os professores (77,8%) e as ONGs (56,2%) ao lado das pessoas (43,1%) alcançaram os maiores percentuais de confiança.

Além disso, a pesquisa mostrou que há uma descrença em relação aos benefícios do voto, com apenas 39,9% concordando plenamente quando questionados sobre se o seu voto poderia contribuir para melhorar a situação do país. Fato similar ocorre quanto à percepção sobre a melhora da corrupção no Brasil, mostrando uma postura cética quanto ao futuro.

Mesmo assim, retomando o que foi dito antes, estamos vivenciando um processo de mudança na forma de participação dos jovens, antes em espaços que podemos chamar de tradicionais, para espaços ligados a atividades focadas em lutas específicas, como o movimento ecológico e as atividades assistenciais, via voluntariado. Ao lado disso, temos o desafio de interpretar essa transição, buscando entender os dados trabalhados ao lado de “manutenções simbólicas”, como o grêmios estudantil.

**Tabela 5** - Como você avalia a importância do GERB para a representação de seus interesses?

	N	%
Muito importante	83	54,2
Pouco importante	47	30,7
Nada importante	16	10,5
NS	4	2,6
NR	3	2,0
Total	153	100,0

Mesmo com a percepção positiva em relação ao grêmio da escola, os jovens acabam não tendo uma participação efetiva, conforme visto. Cumpre destacarmos, também, a mudança que a instituição – grêmio estudantil – passou nos últimos anos, deixando de ser um espaço político de debates e intervenção nos grandes temas do país, para ser um local de promoção de festas e eventos esportivos.

Essa passagem da política para o lúdico, conforme destacam os estudantes-pesquisadores, pode representar essa transição histórica de uma sociedade que buscava lutar contra a ditadura e pela redemocratização do país, para uma sociedade individualista e marcada pelo tempo presente. Esse aspecto é ainda mais visível em um contexto de classe média alta, como é o perfil dos jovens entrevistados. Contudo, a participação em atividades voluntárias e com um sentido “palpável” pode indicar que há uma disposição latente para investir em causas públicas/coletivas. O debate que precisa ser feito é sobre o direcionamento (intencionalidade) desse engajamento e de como isso se relaciona com o processo democrático de forma mais ampla.

Nesse sentido, considerando esse tempo de transição, é importante tecermos algumas palavras sobre o movimento estudantil. Esse assunto foi aprofundado em outro trabalho (PEREIRA, 2006), mas é ilustrativo no que tange à socialização política dos jovens em tempos de transição. A compreensão acerca do modo como os jovens inserem-se (ou não) nos espaços e nas discussões políticas é algo fundamental para a formação de novas lideranças políticas, com reflexos na própria renovação das organizações partidárias.

De acordo com Mendes Jr. (1982), a participação política dos jovens na história do Brasil é caracterizada por alguns pesquisadores como algo secundário, o que contribui para a pouca produção sobre o assunto.

Um dos entendimentos, que contribuem para a pouca produção acerca da participação política da juventude até então (início da década de 1980), seria o de que o movimento estudantil, definido como o espaço por excelência para a formação e a educação política dos jovens, estaria marcado pela transitoriedade dos estudantes, visto que esse período em suas vidas é apenas uma “passagem” para a fase adulta.

Dessa forma, os jovens teriam um maior descompromisso com as questões relevantes para o sistema social, visto que muitos deles ainda dependem de seus familiares para o sustento e atendimento de suas demandas. Além disso, a juventude é um momento propício à rebeldia e à contestação, muitas vezes, sem um motivo concreto que sustente tais atitudes.

Mesmo considerando estes argumentos, que apontam para as “falhas” da juventude em sua inserção responsável na vida social e, consequentemente, política, Mendes Jr. (1982) observa que:

o que permitiu aos estudantes desempenhar este papel [de militante] foi justamente aquilo que é por muitos apontado como a “falha” do movimento estudantil. Em outras palavras, é a situação de transitoriedade, de descompromisso relativo com o processo de produção, de ausência de responsabilidade – em grande parte – para com o sustento de uma família que faz do estudante um ator político de maior mobilidade, da maior “agilidade”, se quiserem, que pode atuar quando outros segmentos da sociedade, pelos mais variados motivos, estão impedidos de fazê-lo (MENDES Jr., 1982, p. 8-9).

O movimento político que ocorre na juventude é associado visceralmente ao campo estudantil, uma vez que as instituições escolares são espaços privilegiados na vida das gerações mais novas, já que sua instrução é fator fundamental para a vida adulta. Por isso, a forma como os jovens se articulam dentro das esferas de correlação de força nos espaços estudantis é fruto de sua socialização política e de seu “despertar” por esses mesmos espaços, visto que se constituem como molas propulsoras do interesse político.

Ao longo da história brasileira, podem ser observadas diferentes manifestações do movimento estudantil organizado. Mendes Jr. (1982) aponta quatro fases que marcam a história do movimento estudantil brasileiro: 1) fase da atuação individual – do fim do período colonial aos primeiros tempos do império; 2) fase da atuação coletiva – acontece no transcorrer do Segundo Império até o início do Estado Novo

(1937); 3) fase de atuação organizada – inicia-se em 1937 com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE); e, 4) fase da atuação clandestina – a partir da adoção do AI 5 durante a ditadura militar.

A fase de atuação organizada merece destaque, pois é onde ficam mais evidentes as diretrizes políticas e é onde o movimento estudantil conhece um nível de organização e institucionalização que não tinha até então. Porém, é importante salientar a incidência de fatos ligados a lideranças estudantis (fase de atuação individual<sup>8</sup>) desde as primeiras escolas de nível superior do país. Elas datam da primeira metade do século XIX, mostrando o atraso que o ensino superior brasileiro teve durante o período colonial (1530-1822). Somente em 1808, com a vinda da família real lusa ao Brasil, que é fundada a Escola de Medicina da Bahia. E, em 1827, são criadas as Academias de Direito de Olinda e São Paulo.

Encontra-se presença de estudantes nos intensos debates do período em que o império passou a ser questionado. As questões de ordem abolicionista e republicana inflamavam estudantes, muitos dos quais, embalados pelos ideais da Revolução Francesa e do Positivismo, passavam a conspirar contra a ordem monárquica. Neste momento, temos uma atuação mais coletiva que servirá de base para as entidades de representação<sup>9</sup> dos estudantes ao longo da República Velha (1889-1930), preparando as condições políticas para a organização da UNE em 1937.

O movimento estudantil brasileiro passa a ocupar um novo espaço com a criação da UNE. A influência do marxismo, que inspirou a Revolução Russa de 1917, fez com que os estudantes pensassem em uma organização que rompesse com os ideais da democracia cristã presentes no movimento, avançando em direção a críticas mais contundentes em relação ao sistema de governo e às injustiças sociais. Até este período da história brasileira, o movimento estudantil de nível secundário era muito incipiente e fragmentado, o que corrobora com o argumento de que a educação no Brasil foi sempre, no período monárquico, um “privilégio” de uma elite, uma verdadeira “ilha de letrados em meio ao mar de analfabetos” de nossa sociedade (CARVALHO, 1995).

---

<sup>8</sup> “Encontramos a presença isolada de estudantes, muitos ainda vindos de universidades européias, outros provenientes dos seminários, em todos os movimentos políticos das três primeiras décadas do século XIX, a partir da Revolução Pernambucana de 1817” (MENDES JR., 1982, p. 19).

<sup>9</sup> As sociedades e os clubes acadêmicos, naquela época, assumiam um caráter mais social e cultural do que propriamente político, indo ao encontro do observado hoje em grande parte das entidades estudantis.

Dessa forma, o movimento estudantil avança e começa a marcar presença importante na vida política nacional, formando importantes lideranças políticas<sup>10</sup>. Fato indicativo de sua importância e de seu viés contestador foi a dura repressão que sofreu no período militar pós-1964, passando à clandestinidade. Com a abertura do regime, no início dos anos 1980, a UNE e o movimento estudantil em geral se reorganizaram. Com isso, os estudantes, por meio de suas entidades representativas, estiveram presentes na luta pela anistia, na campanha pelas Diretas Já!, na defesa de pontos progressistas da Constituição de 1988 e, fundamentalmente, no *impeachment* do presidente Fernando Collor (PRN)<sup>11</sup>, tomando as ruas de todo o país, no denominado movimento dos “Caras Pintadas”<sup>12</sup>, em 1992.

Assim, a atividade estudantil está em permanente contato com as questões políticas do país, alçando suas lideranças à carreira política nas organizações partidárias e no legislativo e executivo. É evidente que o movimento estudantil não poderia estar imune ao contexto já descrito neste trabalho e que aponta para certo ceticismo das pessoas, e dos jovens em especial, em relação à política e seus atores. Inclusive, o discurso antipolítico (LUCAS, 2004) ou apolítico tem entrado com força na política estudantil, pautando eleições de grêmios escolares e de diretórios e centros acadêmicos universitários.

Por isso, quando se constata um “esvaziamento” (quantitativo e qualitativo) do movimento estudantil é possível avançarmos na direção de um entendimento mais abrangente do espaço político que está presente (ou não) na vida dos jovens brasileiros. Nesse sentido, foi possível verificar, em nossa pesquisa, o desconhecimento de entidades como a UNE e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), sem falar na União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre (UMESPA), em nível local, indicando que não é por elas que os jovens, em sua maioria, encontram os sentidos necessários para o engajamento político.

Contudo, mesmo diante dessas constatações, é possível notarmos que os movimentos de estudantes ainda ocupam parte relevante das discussões políticas do país. O próprio movimento dos secundaristas tem se

---

<sup>10</sup> Dois exemplos: no IV Congresso da UNE (julho de 1940), foi eleito vice-presidente Ulisses Guimarães, já, no XXVI Congresso (1963), foi eleito presidente José Serra.

<sup>11</sup> Depois de ser afastado da presidência da república e ter seus direitos políticos cassados, Collor (PTB) foi eleito, na eleição de 2006, senador (pelo PRTB) pelo Estado de Alagoas. Em 2010, concorreu ao governo de Alagoas, não sendo eleito.

<sup>12</sup> Sobre a participação política dos jovens brasileiros nos anos 1990, ver Múxel (1997).

notabilizado pela luta contra o aumento das passagens de ônibus<sup>13</sup>, situação que exemplifica as “insurgências” contra o instituído (SOUZA, 2003).

### Considerações finais

Os dados discutidos neste texto são recortes de uma pesquisa feita por um grupo de estudantes de Sociologia de nível médio em Porto Alegre. A partir de sua “curiosidade”, os estudantes puderam experienciar as etapas de um projeto de pesquisa no campo das Ciências Sociais, transformando vivências e leituras em dados que permitiram um exame mais acurado da realidade dos valores e crenças sobre a política de seus colegas.

Dessa forma, a partir de alguns cuidados metodológicos (censo, questionário, outras pesquisas para parâmetro, leituras introdutórias sobre jovens e política, escrita de resumo) a pesquisa foi desenvolvida e apresentada, com boa receptividade, em espaços de iniciação científica, cumprindo um dos objetivos do ensino de Ciências Sociais na educação básica.

Conforme discutido ao longo do trabalho, a relação da política com os jovens pesquisados segue uma tendência observada em pesquisas científicas similares realizadas desde a década de 1990, fato que confirma as nossas hipóteses de trabalho, ao mesmo tempo em que permite examinarmos estruturalmente a cultura política e a eficácia política na escola.

Por outro lado, a pesquisa realizada indicou que os jovens estão propensos a participarem de espaços políticos alternativos, como o voluntariado. Isso nos coloca diante do desafio de compreendermos esse cenário e como essa participação se relaciona com a consolidação democrática do país.

A educação básica, em especial, a de nível médio, a partir da introdução obrigatória das disciplinas de Sociologia e Filosofia, pode fomentar a discussão da política, avançando em relação à opinião pública média (senso comum) que enxerga a política, seus atores e instituições, de forma *estranha* e, geralmente, com atuação deletéria para os seus interesses. Evidentemente, não apenas uma discussão sobre princípios e fundamentos da política, realizada no espaço escolar, terá

---

<sup>13</sup> Um exemplo importante ocorreu no norte do Brasil, em maio de 2011. Ver: <http://juntos.org.br/2011/05/estudantes-param-as-ruas-de-santarem-contra-o-aumento-da-passagem-de-onibus/>

força suficiente para resgatar a política como uma dimensão necessária e positiva à vida coletiva.

Contudo, jovens formados dentro de um espírito democrático e com entendimento de questões importantes de natureza política são indispensáveis à *reinvenção* da sociedade civil, alterando o ciclo vicioso de ineficácia política<sup>14</sup> que gera a falta de participação, que por sua vez, gera a ineficácia política por meio de práticas assistencialistas, clientelistas em um cenário onde desponta a corrupção.

## Referências

BAQUERO, Marcello. (org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciência Política**, Porto Alegre, IFCH/PPGCP, v. 1, n. 8, 1997.

\_\_\_\_\_. CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

\_\_\_\_\_. FIALHO, Arnaldo. Paradigma de Converse: sistemas de crenças e o processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, v. 1, n. 13, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Coleção textos fundantes de educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

---

<sup>14</sup> Sobre o conceito de ineficácia política ver Baquero e Castro (1996).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KEIL, Ivete. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na *pólis*? In: BAQUERO, Marcello. (org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

LUCAS, João Ignácio Pires. Orçamento participativo, capital social e antipolítica: um estudo de caso em Caxias do Sul. In: BAQUERO, Marcello. (org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

MENDES Jr., Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÜXEL, Anne. Jovens dos anos 90: à procura de uma política sem “rótulos”. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: mai-ago, set-dez, n. 5/6, 1997.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. A instituição escola no início do século XXI: por uma sociologia crítica da educação. **Competência**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, julho, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para além do senso comum: aportes para a construção do conhecimento sociológico na educação básica**. GT Ensino de Sociologia, XIV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Humanidades na escola: o ensino de sociologia e filosofia na perspectiva freireana**. Fórum temático “práticas emancipatórias na escola”, XI Fórum de Estudos: leituras de Paulo Freire. Porto Alegre: UFRGS, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Formação política e movimento estudantil: o caso das juventudes do PP e do PFL no Rio Grande do Sul**. [Monografia] Bacharelado em Ciências Sociais, IFCH/UFRGS. Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro. Escolarizar e/ou educar? As perspectivas do ensino de Sociologia na educação básica. **Pensamento Plural**: Pelotas, n. 2, 2008.

SCHMIDT, João Pedro. Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do século. In: BAQUERO, Marcello. (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre/Brasília: Ed. UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), 2001.

SILVEIRA, Angelita Fialho da. Desenvolvimento sustentável e empoderamento juvenil. **Revista Debates**. Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina/UFRGS, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2005.

SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. In: **Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, n. 32, fevereiro de 2003.

Thiago Ingrassia Pereira  
thiago.ingrassia@uffs.edu.br

Artigo recebido em outubro/2010.  
Aprovado em novembro/2010.